

## OS EFEITOS DO NEOLIBERALISMO PARA OS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DE ALAGOAS

*The effects of neoliberalism for workers of education  
in Alagoas State, Brasil*

LIRA, Jailton<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo pretende elaborar um panorama da crise fiscal do Estado de Alagoas dos anos 1990 dentro de um contexto de implantação do projeto neoliberal, enfatizando a dominação do setor sucroalcooleiro na condução política alagoana. Salientando as causas principais da crise, procura refletir sobre as consequências diretas para a rede estadual de educação. É destacado o papel desempenhado pelos trabalhadores do setor público, em particular dos profissionais da educação. Sugere algumas reflexões acerca da educação enquanto política pública necessária para o desenvolvimento econômico e social da coletividade.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo; Crise; Sucroalcooleiro; Trabalhadores.

### ABSTRACT

This article is meant to provide an overview of the fiscal crisis of the state of Alagoas in the 1990s within a context of implementation of the neoliberal project, emphasizing the dominance of this sector in the management policy of Alagoas. Stressing the main causes of the crisis, seeks to reflect on the direct consequences for the state system of education. It highlights the role played by public sector workers, particularly of education professionals. Suggests some thoughts about education as a public policy necessary to economic and social development of the community.

**Keywords:** Neoliberalism; crisis; Sugar cane workers; Workers.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação da UFAL, Secretário Jurídico do Sindicato dos Trabalhadores de Educação de Alagoas e Presidente do Conselho de Alimentação Escolar de Maceió. É representante do Comitê Regional da Campanha Nacional pelo Direito à Educação de Alagoas. E-mail: jailtonlyra@hotmail.com.

#### **PANORAMA GERAL DO NEOLIBERALISMO**

Desde o início dos anos de 1980 cresce a pressão dos agentes financeiros mundiais para a redefinição das funções dos Estados Nacionais, como forma de possibilitar maior liberdade de investimentos e transações em todos os mercados, especialmente, após as crises do petróleo dos anos precedentes que repercutiram nos principais países-centro do capitalismo. Ganha força, então, as ideias de caráter liberal, debatidas desde a implantação do “Estado do Bem-Estar Social” no período pré-Segunda Guerra Mundial e ampliado para o continente europeu a partir dos anos 1950, como forma de se contrapor ao Leste europeu. Todavia, após intenso período de crescimento econômico, as crises periódicas do padrão de acumulação do capital levaram os governos à sujeição das novas regras do mercado.

Os defensores do modelo liberal ou, como foi denominado a partir dos anos 1980, modelo neoliberal, defendem: a redução do tamanho do Estado, flexibilização das relações trabalhistas, abertura das empresas e produtos dos países à concorrência internacional, desregulamentação dos investimentos estrangeiros e o fim dos monopólios. Ou seja, tudo deveria ser feito para favorecer o mercado e a livre-concorrência. Consequentemente, para que essas medidas fossem adotadas pelas nações, especialmente as nações pobres e subdesenvolvidas, uma vez que as nações do centro continuaram com suas políticas protecionistas (SOARES, 2002), foram utilizados diversos mecanismos de pressão por meio dos órgãos multilaterais de financiamento, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Organização Mundial do Comércio, além das empresas multinacionais, principais interessadas na abertura econômica dessas nações. Segundo a ótica neoliberal, para os países latino-americanos as mudanças deveriam ocorrer em setores vitais da economia: fiscal, tributário, cambial, comercial, além da oferta de um novo tratamento ao investimento estrangeiro e aos gastos públicos (MACHADO; ASSUNÇÃO, 2002).

Soares (2002) enfatiza principalmente as consequências negativas deste “ajuste neoliberal” para as áreas sociais e os direitos trabalhistas. Sugere ainda que, a partir do neoliberalismo, o próprio conceito de cidadania é restringido enquanto ganha legitimidade as medidas assistencialistas focalizadas por segmento, em que a noção de direito reveste-se do caráter de favor, de compensação social ou simples caridade, através de campanhas de solidariedade e parcerias do setor público e privado. Na questão trabalhista, sua legislação evolui meramente para uma maior mercantilização ou desproteção legal da força de trabalho.

Outros fatores também contribuiriam para as modificações efetuadas nos rumos do capitalismo, como a estagnação e a falência do modelo soviético. Torres (2003, p.17) observa que “quando a economia capitalista se deparou com o desaparecimento de grande parte de suas alternativas rivais [...] ela se proclamou como único modelo possível”. Dessa forma, o modo de produção baseado no mercado passa a desempenhar a função não apenas de sistema de acumulação, mas reproduzindo um discurso de sistema vitorioso para o conjunto das nações, como única possibilidade de realização das aspirações coletivas.

No Brasil, o projeto neoliberal apresenta seus primeiros defensores por ocasião das crises da inflação e da dívida externa, decorrentes da explosão dos preços do petróleo e da alta dos juros americanos, durante os governos brasileiros de Ernesto Geisel (1974-1979), João Batista Figueiredo (1979-1985) e José Sarney (1985-1990). Surgem, então, as primeiras críticas ao tamanho do Estado, aos excessos de gastos com o funcionalismo público e com as áreas sociais. A partir do governo Fernando Collor de Melo (1990-1992), o discurso neoliberal assume a condição de discurso hegemônico e define um novo tipo de orientação à condução dos negócios públicos em sua relação com o setor privado, principalmente representado pelos monopólios estrangeiros. No entanto, apesar de algumas medidas iniciais de desregulamentação financeira, eliminação das tarifas alfandegárias, de venda e extinção de empresas estatais, caberia ao governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) dar o grande passo na implantação do modelo neoliberal. A gestão Fernando Henrique apresenta-se claramente vinculada à ideologia neoliberal, uma vez que é o principal responsável pela reestruturação do Estado brasileiro por meio da política de privatização das empresas públicas, da desregulamentação dos investimentos e da abertura completa do País às importações. Com Cardoso, segundo suas próprias palavras, “tem início o fim da era Vargas” e o ingresso do Brasil em fase diversa de acumulação capitalista.

O novo governo considera que, tendo estabilizado a economia através do controle do histórico processo inflacionário provocado, na visão da equipe econômica, principalmente pelo grande *déficit* público, outras medidas deveriam ser concretizadas para garantir este avanço no âmbito monetário. Ou seja, todas as medidas liberais passaram a ser válidas para ingressar no mundo globalizado e ao mesmo tempo consolidar o controle da inflação. Tendo por base os fundamentos econômicos adotados, um dos elementos norteadores da equipe econômica é exatamente a redução do tamanho do Estado, visto como ineficiente e corrupto, além de promotor direto da inflação através das políticas sociais e dos encargos trabalhistas, principais responsáveis pelos gastos públicos ainda sob a ótica do governo. Para diminuição dos papéis desempenhados pelo Estado, são colocadas em prática várias medidas estruturais e de redefinição do seu papel institucional: reforma previdenciária, venda do patrimônio estatal, suspensão dos concursos públicos, limitação das despesas governamentais, definição de tetos salariais, contratações provisórias para as eventuais e crescentes carências de pessoal, dentre outras medidas de reorganização do aparelho estatal orientado pela política neoliberal. Mesmo recusando a acusação de neoliberal, o presidente admitia que “sua função era reconstruir a máquina pública, dar maior consistência às políticas públicas, enfim, reconstruir o Estado” (CARDOSO, 2006, p.04).

#### **AS REPERCUSSÕES DO PROJETO NEOLIBERAL EM ALAGOAS**

Em Alagoas, os reflexos destas ações seriam rapidamente sentidos. Em seu terceiro mandato como governador, o economista Divaldo Suruagy havia assumido o Estado já em situação de penúria, principalmente levando em conta que as finanças estaduais já vinham em processo de deterioração devido a uma série de fatores, dentre os quais se destacam o declínio do

Programa de Apoio ao Alcool do governo federal - programa de incentivo subsidiado à fabricação do etanol pelas usinas de produção de açúcar e álcool - e ao bastante polêmico “acordo dos usineiros” - renegociação das dívidas deste setor com o fisco estadual. Esse acordo foi responsável pela grande redução dos impostos pagos ao governo estadual, haja vista a grande dependência da arrecadação local do segmento açucareiro. Analisando dados fornecidos pela Secretaria da Fazenda, Lira (2007) informa que, em 1983, o setor açucareiro respondia por cerca de 58,02% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Estado. Em 1991, essa participação caiu para 1,48%. Com uma máquina de arrecadação de impostos deficiente, sem um parque industrial diversificado ou um comércio dinâmico, o aparelho burocrático entrou em colapso, restando ao governo estadual recorrer ao plano federal. Entretanto, tal recurso, corriqueiro e útil no passado, teria um alto preço, pois “o Estado se comprometia a realizar diversas medidas de austeridade” (CARVALHO, 2008, p.40).

É conveniente salientar que, além da histórica dependência da economia alagoana da monocultura do açúcar e dos recursos federais, a ausência de um mercado interno diversificado e dinâmico fazia com que Alagoas frequentemente sofresse a concorrência frente às demais economias mais desenvolvidas da região. Como fatores adicionais que dificultavam a comercialização dos produtos derivados da cana, o açúcar alagoano também passou a sofrer grande concorrência da produção açucareira do Estado de São Paulo, além da grande desvalorização do etanol no mercado internacional a partir da recuperação dos preços do petróleo. Dado o pequeno tamanho de sua economia, as elites políticas não dispunham de instrumentos de pressão e barganha política e, quando conseguiam alguma liberação de recursos por meio de organismos de financiamento como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Banco do Nordeste, dificilmente estes recursos beneficiavam as populações mais carentes.

Por outro lado, Lira (1997) salienta que, apesar de Alagoas ter registrado taxas de crescimento do Produto Interno Bruto bastante elevadas nos anos 1970/1980, no período seguinte, o PIB cai pela metade. No período de 1990/1995, o crescimento representa menos de 1/3 do registrado na década de 1970. Dentro desse contexto, é importante verificar as ações recomendadas pelo governo federal para que o Estado se adequasse ao perfil administrativo condicionante para a efetivação de qualquer auxílio da parte da União. As “recomendações”, longe de resolverem a crise, agravaram ainda mais as contradições econômicas internas.

Localmente, os efeitos dessas medidas de ajuste da máquina pública estadual são extremamente perversos em Alagoas em virtude da dependência extrema de todos os ramos da economia aos salários dos servidores públicos, uma vez que o Estado não tem uma economia diversificada. O próprio governo deixa de arrecadar, devido à dependência da circulação desses valores decorrentes dos gastos realizados pelos servidores, principalmente porque o principal contribuinte, o setor sucroalcooleiro, diminui significativamente sua participação na arrecadação (ALBUQUERQUE, 2009). Em muitas cidades do interior, e mesmo no comércio e nas feiras livres da capital, esses recursos, conjuntamente com

outras transferências federais por meio de programas sociais, basicamente movimentam a economia local. Quando o governo estadual deixa de cumprir suas obrigações salariais com os servidores públicos, tudo entra em colapso, não existindo outros meios de dinamização econômica ou de geração de renda (CARVALHO, 2008; LIRA, 1997) no montante necessário à sobrevivência destes outros setores da economia.

Quando toma posse em janeiro de 1995, Suruagy já era um homem bastante experiente nos negócios públicos. Membro da antiga Arena, exerceu os cargos de secretário da Fazenda, deputado estadual, deputado federal, senador, prefeito de Maceió, governador (biônico) e governador eleito. Tinha grande aceitação popular e foi eleito com mais de 80% dos votos válidos contra uma chapa que se apresentava como “alternativa de esquerda” (BOBBIO, 2001; SADER, 1995). Suruagy tinha como parceiro de chapa o ex-deputado estadual Manoel Gomes de Barros, representante das oligarquias agrárias da zona da mata alagoana. Divaldo Suruagy historicamente foi formado dentro de um estilo de política de compromissos, ligado aos setores dominantes do Estado, perfeitamente ajustado aos interesses da “oligarquia açucareira” (ALMEIDA, 1999, p.69). Não tinha como prática política contrariar os interesses do seu grupo de dominação e dentro de suas características, no contexto histórico da época em que governou pela última vez, foi bem avaliado pela população. É autor de diversos romances e memórias políticas, membro da Academia Alagoana de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, da Sociedade Maçônica, do Rotary Clube, dentre outras agremiações das mais variadas áreas. Considerava-se, além de político, um “homem de letras”. Apesar desse longo histórico na vida pública, Suruagy encontrou uma situação que exigia uma nova postura frente à máquina pública, que passava mais pelas questões administrativas do que propriamente políticas. Isto é, as soluções de compromisso, típicas das fases anteriores, não teriam a mesma eficácia no enfrentamento dos novos desafios do governo.

Recorrendo ao governo federal para solucionar suas dificuldades locais, o governo do Estado encontra uma série de exigências características do novo tempo. Para obtenção de algum tipo de ajuda financeira, deveria cumprir um programa de ajuste fiscal e financeiro rigoroso para o saneamento de suas contas públicas, claramente no sentido de diminuição do tamanho do Estado e na venda ou extinção de órgãos públicos com a consequente redução do seu quadro de funcionários. Medidas duras para um Estado ainda permeado em suas relações sociais por práticas clientelistas, por um lado, e uma população extremamente pobre e dependente das ações sociais, por outro.

Do ponto de vista administrativo, as medidas iniciaram com o controle direto da Secretaria da Fazenda e da Segurança Pública por elementos indicados pela União. Economicamente, seria concedido um empréstimo de 200 milhões de reais (para o pagamento da folha salarial do funcionalismo estadual, que chegou a somar sete meses de atraso), assistência técnica e financeira para reestruturação dos mecanismos de arrecadação estadual, transformação do banco estadual em uma agência de fomento da economia, extinção de autarquias e fundações, federalização da companhia de energia elétrica e a criação do Plano de Desligamento Voluntário (PDV). Por esse plano, cerca de 25 (vinte e cinco) mil funcionários fariam a opção de demitir-

se da rede estadual mediante o recebimento de um valor correspondente a uma média dos seus anos de trabalho.

Uma das mais controvertidas ações empreendidas pelo governo para resolver sua situação financeira foi a negociação, aprovada pelo Senado Federal, das “letras podres” do Tesouro Estadual. Ou seja, a negociação dos títulos públicos como forma de rolagem das dívidas e obtenção de novos empréstimos. A ideia do governo seria a utilização dos recursos resultantes dessa operação financeira para o pagamento das folhas salariais em atraso e dos precatórios dos servidores, mas acabaram sendo utilizados principalmente para o pagamento de grandes empreiteiras e pendências judiciais ainda em tramitação. Pior que isso, como justificar que “um empréstimo de 300 milhões de reais tenha se transformado em uma dívida estadual de 1,1 bilhão, em 2002?” (CARVALHO, 2008, p.51).

Os servidores públicos organizados realizaram uma série de ações de mobilização através de atos públicos, comícios, panfletagens e caravanas ao interior do Estado. A Ordem dos Advogados do Brasil/seccional Alagoas protocolou um pedido de *impeachment* na Assembleia Legislativa visando à destituição do governador. Na avaliação do movimento unificado dos servidores, as medidas fiscais apenas agravavam os problemas e penalizam a população mais carente. Em um dos momentos de negociação com os representantes dos servidores no Palácio do Governo (sede do Poder Executivo), o “choque”, grupo da elite de repressão da Polícia Militar, ocupou o salão de audiências obedecendo a uma determinação do próprio governo, repreendendo violentamente os dirigentes do movimento, além de parlamentares e representantes da sociedade civil. Com o aprofundamento da má situação financeira, abandonado pelos aliados políticos e percebendo a diminuição de sua credibilidade para o encaminhamento de soluções dos problemas administrativos, o governador é obrigado a tirar uma licença de seis meses do cargo, o que, como o tempo confirmou, seria, na prática, sua renúncia (SURUAGY, 2003). Essa medida foi articulada com a bancada parlamentar estadual e federal após a grande mobilização do “17 de julho”. O vice-governador Manoel Gomes assume o comando executivo do Estado, prometendo imprimir sua “marca pessoal”.

Um aspecto importante é a imensa capacidade das elites alagoanas de sobreviver às crises políticas alternando-se no poder, sem, contudo, modificar as estruturas essenciais de hegemonia política (GRAMSCI, 2010). Do ponto de vista político, a mudança efetivada na condução administrativa do Estado não modificou as estruturas de dominação de classe. Mesmo após os eventos apresentados, o grupo dominante permanece ainda utilizando a máquina pública, “de forma patrimonialista”, atendendo aos interesses mais individualistas e elitistas. Alagoas não registrou qualquer alteração da propriedade da terra ou da renda, além da persistência dos elevados indicadores de mortalidade infantil, analfabetismo, índice de homicídios, etc. (LIRA, 2007).

Esse perfil político se reflete no aspecto econômico, condicionando o modelo de desenvolvimento do Estado. Lira (2007, p.88) sugere que “o padrão adotado em todo o Estado é o modelo agrícola herdado do coronelismo, assentado basicamente na monocultura de exportação”. Portanto, é

fundamental a compreensão do papel central desempenhado pelos usineiros na esfera econômica alagoana, o que de certa forma explica sua força nos rumos administrativos do Estado, como também na formulação das políticas públicas, evidenciando a função excludente destas políticas destinadas à maioria da sociedade.

Em um trabalho a respeito da realidade agrária alagoana a partir do município de Atalaia, Albuquerque (2009, p.30) constata que, “na política, a influência, e, na maioria das vezes, a determinação do poder do senhor do engenho ou do usineiro é a marca histórica mais forte,” em uma clara referência às relações coronelistas estaduais marcadas, sobretudo, pelo aspecto econômico. O autor, salientando a influência exercida pelos usineiros em todo o Estado, desenvolve uma análise da realidade política alagoana, tendo como premissa básica o aspecto das relações de mando e obediência originária do período colonial na região Nordeste, fortalecidas durante o Império e a República Velha, definindo os rumos políticos e jurídicos em Alagoas séculos antes de sua emancipação formal em 1817.

Para Carvalho (2009), a força política dos usineiros é bem mais articulada do que parece à primeira vista. Essa organização se dá no nível político-institucional e na organização por setores da economia. Na esfera política, através de candidatos do próprio setor ou pelo fornecimento de apoio financeiro a outros candidatos. No plano organizacional, por meio de sindicatos próprios ou associações e cooperativas, utilizando práticas de pressão sobre a máquina estatal. Segundo o economista, “o lobby do açúcar apresenta suas demandas, revestindo-se de caráter social, como se fosse do interesse geral, de toda economia” (CARVALHO, 2009, p.24). Destaca ainda que para isso o setor “se utiliza de seus porta-vozes na imprensa, no parlamento” como forma de fazer prevalecer seus interesses (CARVALHO, 2009, p.25). Dito de outra forma, a elite dominante tem grande ligação com todos os segmentos e espaços de poder e influência ideológica que garantem a manutenção dos seus privilégios seculares, excluindo completamente as classes populares.

#### **A EDUCAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO SINDICAL**

Na educação, o setor já vinha, nos anos anteriores, passando por extremas dificuldades estruturais, falta de investimentos, trabalhadores cada vez mais insatisfeitos com seus salários consumidos pela inflação, maior responsável pela diminuição do poder de compra de todas as categorias. Os trabalhadores, durante o governo anterior de Geraldo Bulhões (1990-1995), chegaram a passar sete meses em greve, comprometendo o ano letivo e piorando ainda mais os indicadores na área. Mesmo após tantas pressões, a categoria não conseguiu o atendimento de suas reivindicações. Além da opção histórica do governo em administrar para a elite, do ponto de vista financeiro, a crise era, naquele momento, incontornável em virtude do modelo político escolhido pelas elites alagoanas.

Segundo dados do IBGE analisados por Lira (1997), em 1995 Alagoas tinha 40,6% de sua população sem saber ler e escrever. No Nordeste esse percentual era de 30,1% e em termos de Brasil, havia 16,5%. Enquanto no Nordeste a taxa de mortalidade infantil era de 63 crianças por mil nascidas,

em Alagoas o número era de 78 por mil. Ainda segundo o IBGE, o percentual de pessoas sem acesso à água corrente no Estado era de 40%, enquanto no Brasil era de 23,8%. No aspecto social, 30,5% da população era considerada indigente economicamente e, destes, 38,6% não frequentavam a escola. Lira (1997) afirma ainda que esses indicadores funcionavam como amarras que impediam o desenvolvimento, tornando o Estado uma das últimas unidades da federação consideradas pelas empresas para a realização de investimentos produtivos.

Os diversos segmentos dos trabalhadores em educação unificaram-se em torno de um único sindicato no fim da década de 1980. A partir de então, buscaram encaminhar suas pautas reivindicatórias não mais procurando ganhos apenas para o segmento do magistério, mas para todo o conjunto da categoria (professores, funcionários administrativos, de apoio). Entretanto, na prática, o segmento docente ainda permanece conferindo o maior peso na correlação de forças dos embates com o governo estadual devido a fatores históricos e de caráter simbólico: tem maior tradição organizativa, maior número de profissionais e *status* de classe considerado de maior importância para a sociedade, o que de certa forma acaba favorecendo o atendimento de suas demandas em detrimento dos demais segmentos da instituição escolar. Esse fato até hoje tem gerado intensas polêmicas na própria categoria, uma vez que os rumos das mobilizações sindicais acabam sendo influenciados por essa dicotomia interna na base, havendo acusações, por parte dos segmentos não docentes, de falta de solidariedade dos professores por, supostamente, só defenderem seus interesses, que o próprio sindicato representa apenas os professores, dentre outras acusações.

Uma das questões centrais verificadas durante toda a década de 1990 é que, mesmo com a unificação dos segmentos profissionais do ramo educacional em torno de uma única entidade, os trabalhadores não tiveram força suficiente para evitar o desmonte do aparelho de Estado e sua reestruturação sob a ótica neoliberal. O PDV, como estímulo à diminuição dos gastos com folha de pessoal, acabou significando um duro golpe na organização sindical com a consequente redução da taxa de filiados. Dos 21 mil servidores existentes antes do Plano, restavam em torno de 8 mil após as adesões. A situação só seria parcialmente modificada com a realização de concursos públicos nos anos seguintes, conforme aponta Cavalcante (2006), embora continue existindo elevada carência de profissionais devido a outros fatores históricos, como os baixos salários oferecidos, as péssimas condições de trabalho e as desestimulantes perspectivas de carreira.

Outro grande problema na área educacional, e que surge precisamente durante o governo Suruagy, está relacionado ao significativo aumento da quantidade de trabalhadores terceirizados, isto é, sem vínculo estatutário e que ingressaram no quadro funcional sem a devida realização de concurso de prova e títulos, segundo determina a Constituição Federal de 1988. São os chamados “monitores”, que na realidade atuam como professores de fato nas escolas, mesmo não sendo de direito, uma vez que, em sua maioria, nem sequer concluíram suas respectivas licenciaturas. Grande número desses contratados nem estavam cursando graduações na área da educação. Além da insegurança do ponto de vista dos direitos trabalhistas, uma vez que os contratos são temporários, como não existe uma carreira funcional

assegurada, o setor permanentemente tem dificuldade em realização de planejamentos eficientes, dada a alta rotatividade de professores.

Considerado inicialmente um grande avanço para os trabalhadores em educação, uma análise mais atenta das questões ligadas à gestão democrática implantada em 2000 sugere suas limitações concretas. A relevância da gestão democrática para as redes de ensino públicas foi determinada pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, inciso VI, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, no artigo 3º, inciso VIII. É interessante observar que a Constituição do Estado de Alagoas de 1989 não menciona claramente a gestão democrática como mecanismo constante de sua organização enquanto rede, mas tão somente assegura em seu artigo 200, inciso II: “participação da comunidade escolar no planejamento das atividades administrativas e pedagógicas, acompanhadas por assistentes sociais, psicólogos e profissionais do ensino”. Apesar de existir maior envolvimento dos segmentos escolares na eleição direta para diretor, na participação dos conselhos escolares e no cotidiano das instituições de ensino, as relações internas parecem não terem sido essencialmente modificadas, havendo sinais claros da continuação das formas autoritárias de gestão da administração escolar, do pouco diálogo interno e da utilização do processo dito democrático para legitimação e perpetuação dos modos anteriores de condução personalista da parte das direções das escolas. Com base nesse quadro, muitas direções escolares vêm funcionando simplesmente como representantes da secretaria de educação ao impedir movimentos de reivindicação.

Uma das sugestões apresentadas pela direção sindical para minimizar esse problema nas escolas consiste na eleição de “delegados de base” que possam representar um elo direto com a entidade sindical, não só no sentido de significar maior facilidade de comunicação junto à base escolar e à estrutura sindical, como também objetivando a criação de lideranças no local de trabalho que tenham condições mais imediatas de fazer o contraponto cotidiano e nos momentos de tensão. Ideia inspirada nos “conselhos de fábrica bolchevique” ou nas “comissões por local de trabalho” que teriam a função de representação local da entidade sindical. Todavia, essa alternativa, que consta no estatuto do Sintead, tem sido de difícil execução e só lembrada como necessária nas horas de embate político com os governos.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O modelo neoliberal aplicado em todo o País prejudicou essencialmente a classe trabalhadora, fortalecendo o capital financeiro e enfraquecendo os mecanismos de controle do Estado, especialmente em sua capacidade de promoção, indução do crescimento, garantia dos direitos trabalhistas e de distribuição de renda. Os sindicatos e entidades defensoras do papel social dos governos acabaram não tendo forças suficientes para impedir o avanço dessas políticas neoliberais. Os direitos sociais, como saúde e educação, acabaram sendo tratados como mercadorias e como serviços a serem prestados àqueles que pudessem pagar, uma vez que o público foi negligenciado em favor do privado.

O Estado de Alagoas foi prejudicado duplamente. Primeiro, pela imposição das medidas de redução do Estado, pela concorrência com outros mercados regionais mais desenvolvidos. Segundo, dada a insignificância política e econômica em relação a outras unidades da Federação, não dispunha de mecanismos suficientes de pressão no sentido de diminuição das imposições do governo federal e na busca de caminhos alternativos de atenuação da crise.

Passado o período mais agudo de turbulência política e financeira, a educação em Alagoas ainda apresenta os sinais claros de uma crise que parece estar longe de terminar. O Estado continua sendo o campeão em número de analfabetos, estigma presente em todos os levantamentos realizados sobre o tema nos últimos anos. Esses dados não podem ser tomados isoladamente, mas devem ser considerados do ponto de vista da necessidade de elaboração de estratégias mais amplas para a melhora desses indicadores. Um trabalho conjunto que precisa envolver a sociedade civil, universidades, governos, etc. O mapa da decadência da educação em Alagoas é bastante conhecido, como também suas causas (ALMEIDA, 1999; LIRA, 2007; CARVALHO, 2009). É necessário, portanto, trabalhar em busca das soluções que, além de levarem em consideração o aspecto financeiro-estrutural, também passem pela questão política.

Por outro lado, a gestão democrática das escolas precisa ser consolidada à luz dos interesses da comunidade escolar, favorecendo uma real participação no processo de tomada de decisão, privilegiando a transparência, a tolerância e o diálogo. A implantação da gestão democrática na rede estadual não pode servir para legitimação de privilégios ou práticas autoritárias, mas precisa articular as demandas da comunidade com uma maior descentralização das decisões escolares, viabilizando a alternância de poder e o comprometimento coletivo.

Entretanto, a superação desse quadro educacional precário precisa também ser encarada como prioridade de Estado, ou seja, como política pública, e não apenas pensado por meio de programas pontuais ou emergenciais. É fundamental a criação de mecanismos financeiros que possibilitem a estruturação de um sistema educacional orientado por uma política de formação profissional, jornada digna e valorização para os trabalhadores em educação, com a garantia de aportes financeiros que viabilizem uma escola pública de boa qualidade, com material didático adequado, equipamentos e ferramentas tecnológicas que possam preparar nossa sociedade para os desafios do milênio.

#### REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. **Constituição do Estado de Alagoas**. Imprensa Oficial, Maceió, 2004.
- ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Cana, casa e poder**. Maceió: Edufal, 2009.
- ALMEIDA, Leda Maria de. **Rupturas e permanências em Alagoas**: o 17 de julho em questão. Maceió: Catavento, 1999.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2001.

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, n. 248, 1996.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da Política**: a história que vivi. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CARVALHO, Cícero Pérciles de. **Economia popular**: uma via de modernização de Alagoas. 3. ed. Maceió: Edufal, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 2. ed. Maceió: Edufal, 2009.
- CAVALCANTE, Arnóbio (Org.). **Superando a estagnação**. Maceió: Edufal, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luis Sérgio Henriques e Marcos Aurélio Nogueira. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- LIRA, Fernando José de. **Crise, privilégio e pobreza**: Alagoas no limiar do terceiro milênio. Maceió: Edufal, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.
- MACHADO, Zaira; ASSUNÇÃO, Jefferson. **O papel das Instituições Financeiras Multilaterais no processo de desenvolvimento**. Porto Alegre: Veraz, 2002.
- SADER, Emir. **O anjo torto**: esquerda (e direita) no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SURUAGY, Divaldo. **Ilusões do poder**. Maceió, Catavento, 2003.
- TORRES Santomé, Jurjo. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Trad. Claudia Schillig. Porto Alegre: Artmed, 2003.